

DISCURSO DE FRONTEIRA: NARRATIVAS MIDIÁTICAS, IMIGRAÇÃO E NECROPOLÍTICA NO ENCLAVE¹

BORDER DISCOURSE: MEDIA NARRATIVES, IMMIGRATION, AND NECROPOLITICS IN THE ENCLAVE

Emanuely Fernandes Boucher²

Universidade Federal do Tocantins

Thiago Barbosa Soares³

Universidade Federal do Tocantins

Resumo: Este artigo investiga as narrativas midiáticas sobre Ceuta, um enclave espanhol no norte da África, caracterizado como uma complexa zona de fronteira e contenção migratória permeada por tensões socioeconômicas. O intuito central desse estudo é desvelar de que maneira a rede interdiscursiva operada por portais de notícias tensiona, reproduz ou vela a práxis necropolítica europeia. Para tanto, a pesquisa adota como arcabouço metodológico a Análise do Discurso (AD) de matriz francesa, com as noções de discurso, condições de produção, formação discursiva, formação imaginária, interdiscurso, intradiscurso, silenciamento, dentre outras de mesmo potencial heurístico, articuladas com o conceito de necropolítica de Achille Mbembe (2018) e a sociologia da imigração de Abdelmalek Sayad (1998). O corpus analítico é composto por Sequências Discursivas extraídas dos veículos Redação G1 e Instituto Humanitas Unisinos (IHU), ambas publicadas no ano de 2026. Os resultados obtidos indicam que a mídia frequentemente legitima a violência estatal ao utilizar mecanismos de silenciamento que apagam o sofrimento e desumanizam os sujeitos em deslocamento. Ademais, constata-se a criminalização da alteridade por meio de sintagmas bélicos como “grande invasão”, enquadrando o fluxo migratório como uma ameaça letal à nação. Conclui-se que o discurso jornalístico analisado legitima e atualiza a necropolítica ao transformar o imigrante em um corpo descartável para a manutenção da soberania europeia, contribuindo significativamente para revelar as lógicas assimétricas do passado colonial que estruturam o fenômeno migratório contemporâneo.

Palavras-chave: Ceuta; Análise do Discurso; Necropolítica; Imigração; Mídia.

Abstract: This article investigates media narratives about Ceuta, a Spanish enclave in North Africa, characterized as a complex border and migration containment zone permeated by socioeconomic tensions. The central aim of this study is to reveal how the interdiscursive network operated by news portals tensions, reproduces or veils European necropolitical praxis. To this

¹ Este artigo é produto derivado do Plano de Trabalho Individualizado, de PIBIC 2026-2027, “Produção de verdade e efeitos de sentido na política internacional contemporânea: discursos em disputa nas redes digitais”, desenvolvido no âmbito do projeto “Discursos em disputa: poder, verdade e produção de sentidos na política nacional e internacional contemporânea”, da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

² Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), e-mail: emanuely.boucher@mail.uft.edu.br.

³ Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor no curso de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pesquisador bolsista de produtividade do CNPq. Email: thiago.soares@mail.uft.edu.br.

end, the research adopts French-based Discourse Analysis (DA) as its methodological framework, with the notions of discourse, conditions of production, discursive formation, imaginary formation, interdiscourse, intradiscourse, silencing, among others with the same heuristic potential, articulated with the concept of necropolitics by Achille Mbembe (2018) and the sociology of immigration by Abdelmalek Sayad (1998). The analytical corpus is composed of Discursive Sequences extracted from the media outlets Redação G1 and Instituto Humanitas Unisinos (IHU), both published in 2026. The results obtained show that the media often legitimizes state violence by using silencing mechanisms that erase suffering and dehumanize subjects on the move. Furthermore, there is the criminalization of otherness through warlike phrases such as “great invasion”, framing the migratory flow as a lethal threat to the nation. It is concluded that the analyzed journalistic discourse legitimizes and updates necropolitics by transforming the immigrant into a disposable body for the maintenance of European sovereignty, contributing significantly to revealing the asymmetrical logics of the colonial past that structure the contemporary migratory phenomenon.

Keywords: Ceuta; Discourse Analysis; Necropolitics; Immigration; Media.

Considerações iniciais

Cumprir destacar, inicialmente, que todo e qualquer dizer carrega em si efeitos de sentido que são invariavelmente produzidos e estruturados por condições ideológicas e históricas de produção (Pêcheux, 2014). Sob essa lente teórica e analítica, compreende-se que as narrativas construídas sobre um espaço geográfico não emanam de um vazio social, mas refletem as dinâmicas de poder e as assimetrias conjunturais que o circundam. Essa premissa revela-se fundamental para uma aproximação introdutória ao panorama contemporâneo do território de Ceuta, uma cidade autônoma espanhola localizada na extremidade norte do continente africano.

Atualmente, a constante chegada de imigrantes através de seu istmo transforma a região em uma complexa zona de contato e contenção, um local onde a pressão demográfica explicita as profundas disparidades socioeconômicas que separam a Europa da África (Paula, 2014). Nesse cenário de fronteira viva, as identidades locais, nacionais e as políticas de segurança são cotidianamente disputadas e ressignificadas. Contudo, para desvelar a verdadeira complexidade dessa teia discursiva que atravessa a urgência migratória do presente, faz-se imprescindível deslocar o eixo de análise temporal e interrogar de que maneira tais relações de dominação foram engendradas em seu intrincado passado histórico.

Historicamente, a conquista de Ceuta em 1415, liderada pelo rei D. João I, marcou o início da expansão ultramarina de Portugal, motivada pela relevância militar, estratégica e econômica da região (Braga, 2015). A cidade servia como base de corsários que ameaçava as costas ibéricas, mas funcionava também como um riquíssimo entreposto

comercial que escoava mercadorias e ouro vindos de diversas rotas do Oriente. A expedição portuguesa, meticulosamente planejada, culminou em 21 de agosto de 1415, quando uma imponente frota tomou a urbe após intensos combates pelas suas ruas.

Antes do domínio português, e atingindo um grande pico populacional e urbano ainda no século XIV, Ceuta desenvolvera-se numa metrópole muçulmana densamente povoada. Já sob controle luso, o território resistiu militarmente até o fim da União Ibérica, sendo a sua administração definitivamente transferida para a coroa espanhola apenas em 1668 (Albuquerque, 2018). Entre o século XV e a primeira metade do XIX, o enclave operou fundamentalmente como um presídio e uma fortaleza bélica, até ganhar o estatuto de porto franco no ano de 1863. Progressivamente, a cidade foi consolidando uma identidade fronteiriça plural, o que culminou, em 1995, com a aprovação do seu estatuto político contemporâneo, transformando-se formalmente numa cidade autónoma da Espanha (Albuquerque, 2018).

Na contemporaneidade, o desenvolvimento de Ceuta fez com que o território deixasse de ser apenas um antigo reduto militar para se tornar uma vitrine dos complexos desafios migratórios globais. A iminente adesão espanhola à Comunidade Europeia, concretizada em 1986, prometia transformar o enclave numa cobiçada fronteira terrestre entre a Europa e a África, capaz de atrair milhares de indivíduos em busca de melhores condições de vida. Antecipando esse novo fluxo migratório, o governo espanhol implementou a Lei de Estrangeiros de 1985, no entanto, a aplicação da lei gerou atritos, desigualdades e tensões consideráveis entre as populações de origens cristã e muçulmana residentes (Gold, 2000). Posteriormente, para tentar repelir a crescente imigração clandestina, ergueram-se robustas cercas fronteiriças, medidas que acabaram por apenas desviar as perigosas rotas de travessia, sem solucionar a profunda desigualdade socioeconômica intercontinental.

A importância da região é indiscutível para ambos os continentes. Para a Europa, Ceuta representa não apenas um bastião histórico, mas um espaço formalmente integrado ao bloco comunitário que possibilita a recepção de fundos europeus de desenvolvimento estrutural, além de delimitar a soberania espanhola em pleno solo africano. Por outro lado, no que tange à importância desse espaço para o continente africano e especificamente para o Marrocos, Albuquerque (2018, p. 291) destaca que esses territórios “continuam sendo reivindicados por seus vizinhos em instâncias e organizações internacionais”. Portanto, conclui-se que o enclave materializa o extremo paradoxo de situar-se

geograficamente na África enquanto pertence política e administrativamente à Europa, desempenhando o papel de tensa zona de contato.

Diante dessa complexa conjuntura geopolítica e das tensões que emergem da condição de Ceuta como enclave europeu em solo africano, a investigação das narrativas midiáticas exige um arcabouço teórico-analítico que transcenda a superfície dos enunciados jornalísticos. Para tanto, este estudo mobiliza a Análise do Discurso de matriz francesa, articulada aos conceitos de necropolítica de Achille Mbembe e à sociologia da imigração de Abdelmalek Sayad, com o objetivo de examinar como os portais Redação G1 e Instituto Humanitas Unisinos (IHU) constroem discursivamente o fenômeno migratório em Ceuta. A análise, centrada no exame de Sequências Discursivas extraídas desses veículos, busca desvelar os mecanismos de silenciamento, as formações imaginárias e as redes interdiscursivas que ora tensionam, ora legitimam a práxis necropolítica europeia, revelando como a linguagem midiática opera na produção de sentidos que desumanizam o imigrante e naturalizam sua condição de corpo descartável.

Considerações teórico-metodológicas

É precisamente no âmago desse paradoxo geopolítico e das fricções originadas por essa sobreposição territorial que o escrutínio das narrativas midiáticas demanda um ferramental analítico robusto, encontrando sua base teórica na Análise do Discurso (doravante AD) de matriz francesa. Emergindo como um marco epistemológico em 1969 com a publicação de “Análise Automática do Discurso” por Pêcheux (1997), a AD consolidou uma ruptura estrutural com as perspectivas que concebiam a linguagem como um sistema neutro ou transparente. Conforme elucida Soares (2025, p. 101) ao abordar “o ano que não terminou”, a disciplina edificou-se sobre um tripé teórico interdisciplinar que articulou a linguística estrutural (Saussure), o materialismo histórico (Althusser) e a psicanálise (Lacan). Ao deslocar o olhar da língua enquanto mero instrumento de comunicação para compreendê-la como uma materialidade opaca na qual a ideologia se inscreve, a AD assume que “o discurso é efeito de sentidos entre locutores” (Orlandi, 2015, p. 20), estabelecendo, assim, que todo sentido é invariavelmente forjado pelas condições histórico-sociais de sua produção. Nessa perspectiva, a noção de discurso ancora-se na tríade língua, sujeito e história, sendo a história compreendida como condição de produção dos efeitos de sentido (Soares, 2018).

Nesse sentido, a materialidade do discurso estrutura-se sempre sob o jugo de condições histórico-sociais específicas, que não apenas circunscrevem a enunciação, mas moldam as próprias perspectivas dos sujeitos por intermédio das formações imaginárias⁴ (Pêcheux, 1990). É no interior dessas conjunturas ideológicas que a linguagem ganha forma, pois essa dinâmica reflete que a formação ideológica, ou seja, o conjunto histórico-social específico de posições que o sujeito assume, é representada no discurso pelas formações discursivas, essas atuando como a matriz estrutural que “determina o que pode e deve ser dito” (Orlandi, 2015, p. 41) a partir de um dado lugar social. Dessa forma, constata-se que as transformações históricas reconfiguram irremediavelmente as ideologias e, conseqüentemente, os sentidos em disputa na sociedade.

Em relação aos sentidos dados após determinada constituição e formulação, tem-se dois eixos principais: o intradiscurso e o interdiscurso. Ambos estão interconectados pelo momento de sua enunciação e de seu contexto imediato e sócio-histórico, no entanto, possuem suas particularidades, uma vez que o intradiscurso compreende-se como “aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas” (Orlandi, 2015, p. 31). Por outro lado, tem-se o interdiscurso (ou eixo vertical), isto é, o “‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas” (Pêcheux, 2014, p. 149, aspas do autor). Em outros termos, o interdiscurso pode ser compreendido como uma vasta e complexa rede histórica a qual abriga todas as formulações possíveis dentro de uma sociedade, marcada por desigualdades, contradições e subordinações. Ele atua como o alicerce externo que dita as regras e os limites do que é permitido enunciar em uma dada formação discursiva, exercendo um controle invisível sobre o sujeito, o qual, frequentemente, desconhece estar submetido a essa rede de sentidos pré-existentes (Pêcheux, 2014).

Ademais, o interdiscurso abarca o dito e o não-dito, noções essas que remontam ao que foi posto (dito) e, em contrapartida, ao implícito (o que não foi dito). Esse, por sua vez, se desdobra em duas formas de não-dizer, sendo elas o pressuposto, ligado à instância da linguagem, e o subentendido, associado ao contexto (Orlandi, 2015). Cabe ressaltar que o não-dito no campo discursivo também pode ser edificado pelo silêncio constitutivo, ou seja, “o que nos indica que para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga

⁴ Pêcheux (1990, p. 82) afirma que, em um processo discursivo, as formações imaginárias “designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”. Em outros termos, as formações imaginárias são as representações sociais, institucionais e ideológicas que os sujeitos constroem sobre si mesmos e sobre os outros no exato momento da comunicação.

necessariamente as ‘outras’ palavras)” (Orlandi, 2007, p. 24, aspas da autora), e pelo silêncio local, ou melhor, pela censura⁵.

Esse não-dito e essa censura institucional operam frequentemente como um artifício para velar a materialidade da violência no rígido controle fronteiriço, realidade que encontra forte respaldo analítico no conceito de “necropolítica” desenvolvido por Achille Mbembe (2018). Segundo o autor, esse conceito reflete a expressão máxima da soberania a qual baseia-se no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer, estabelecendo o controle sobre a mortalidade como um pilar e um atributo fundamental do poder, partindo do pressuposto de que a prerrogativa de exterminar ou poupar vidas demarca as fronteiras reais da atuação soberana, configurando-se como suas características essenciais. Desse modo, “ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder” (Mbembe, 2018, p. 5).

Contudo, a submissão letal desses sujeitos à máquina necropolítica europeia só se torna plenamente inteligível quando associada à premissa de que todo o fenômeno da imigração é, em sua essência, o fruto de um prolongado processo histórico forjado sobre relações de dominação e assimetria, já que:

Lembrar as definições sociais do imigrante e do estrangeiro, é lembrar a relação de dominação que foi estabelecida entre sistemas socioeconômicos diferentes, entre países e continentes desigualmente desenvolvidos e que se retraduz de forma idêntica no fenômeno da emigração/imigração (Sayad, 1998, p. 245).

Para o sociólogo, os fluxos migratórios não emanam do acaso, mas encontram-se indissociavelmente enraizados nas profundas desigualdades geradas pelo passado colonial, uma vez que decorrem dos históricos desequilíbrios de poder e das lógicas de subordinação que estruturam e dão origem ao próprio fenômeno da migração. Sendo assim, a política de morte contemporânea aplicada sobre o corpo do imigrante é, na verdade, a atualização direta e estrutural do histórico imperialista europeu, o qual segue delimitando implacavelmente quais vidas possuem status de humanidade e quais podem ser descartadas, afinal, na necropolítica, “a soberania é a capacidade de definir quem

⁵ A censura é definida aqui por Orlandi (2007, p. 24) como “àquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura”.

importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é” (Mbembe, 2018, p. 41, aspas do autor).

Em suma, a análise a ser desenvolvida a seguir tomará como base o “campo discursivo de referência” (Courtine, 2022, p. 54), isto é, a materialidade do espaço social (seja ele de ordem político-midiática, pedagógica ou afim) a partir do qual os sujeitos da enunciação articulam e operam seus discursos. Desse modo, por intermédio dos corpora discursivos dos veículos digitais Redação G1 e Instituto Humanitas Unisinos (IHU), busca-se investigar as formações discursivas que materializam a cobertura midiática sobre as fronteiras de Ceuta, identificando o jogo de sentidos entre o dito, o não-dito e os silêncios (Orlandi, 2015).

O objetivo da investigação é desvelar de que maneira a rede interdiscursiva operada por esses portais tensiona, reproduz ou vela a práxis necropolítica europeia (Mbembe, 2018), demonstrando como a mídia atua na legitimação simbólica de quais vidas importam e quais são tratadas como descartáveis no limiar geográfico. Ademais, munido desse aporte da Análise do Discurso, o exame detalhará como as relações de dominação e as assimetrias indissociáveis do passado colonial (Sayad, 1998) se atualizam no intradiscurso jornalístico, revelando as condicionantes ideológicas e históricas que estruturam o fenômeno migratório contemporâneo em Ceuta. Estabelecidas as bases do arcabouço teórico-metodológico, dá-se início à seção analítica.

Análise: silenciamento e práxis necropolítica nas fronteiras

A partir da base teórico-metodológica escolhida, fundamentada na Análise do Discurso (AD) francesa, na sociologia da imigração de Abdelmalek Sayad (1998) e na teoria da necropolítica de Achille Mbembe (2018), esta seção detalha como a análise será estruturada, delineando um percurso para transparecer a superfície dos discursos avaliados por meio de um corpus composto por quatro Sequências Discursivas (SD) retiradas dos portais Redação G1 e Instituto Humanitas Unisinos (IHU).

Posteriormente, o estudo investiga como a linguagem opera em cada uma dessas sequências, com foco na materialidade do texto e nos efeitos de sentido gerados em relação às migrações nas fronteiras de Ceuta. Metodologicamente, o trabalho se desenvolve por meio de etapas interligadas que englobam: (i) a seleção e o recorte de trechos específicos de cada SD; (ii) a análise da conexão entre esses dizeres e as

ideologias que embasam a visão das mídias supracitadas e do Estado europeu sobre a figura do imigrante; (iii) o mapeamento das ligações entre o intradiscorso e o interdiscorso para revelar ideias subentendidas, pressupostas e intencionalmente silenciadas; e, por fim, (iv) a comprovação de como as relações de poder se apropriam dessa narrativa para legitimar práticas necropolíticas, normalizando o descarte de populações com histórico colonial e tratando a simples presença do “Outro” como uma ameaça criminosa.

Seguindo esse roteiro metodológico e iniciando o escrutínio pelas narrativas veiculadas pelo portal IHU (2026), a análise do intradiscorso revela, de imediato, a reprodução e a manutenção de uma formação ideológica estatal europeia que opera sob a égide incontestada da segurança, do controle militar e de um profundo silenciamento de vozes dissonantes, como se observa no trecho:

SD 1: Até o momento, a mensagem transmitida pelo governo hoje tem sido de “colaboração” com Marrocos, que o Ministério do Interior descreveu como “exemplar”. O Ministro do Interior, Fernando Grande-Marlaska, e o Primeiro-Ministro espanhol, Pedro Sánchez, viajarão para Ceuta nesta sexta-feira. O governo anunciou que mobilizará o Exército para “reforçar a Guarda Civil no exercício de suas funções e quaisquer outras medidas que se façam necessárias para manter a segurança na cidade de Ceuta” (Illescas, 2026, aspas do autor).

No sintagma da SD 1 “a mensagem transmitida pelo governo hoje tem sido de ‘colaboração’ com Marrocos” e que o governo espanhol mobilizará o Exército para “manter a segurança na cidade de Ceuta” (Illescas, 2026, aspas do autor), a formulação midiática cumpre o papel de instaurar uma formação imaginária de ordem, legalidade e diplomacia. Essa construção busca, justamente na materialidade da língua, velar a violência estrutural e fundante inerente ao bloqueio da fronteira, conferindo à ação armada do Estado um verniz de racionalismo em oposição à dita desordem migratória. A convocação explícita do Exército para lidar com civis em deslocamento escancara, todavia, a essência do conceito de necropolítica apontado nas etapas da pesquisa, pois a expressão máxima da soberania reside no poder irrestrito de supostamente “manter a segurança da cidade de Ceuta” (Illescas, 2026), ou seja, ditar quem pode “entrar” ou “sair” do enclave, em detrimento da vida e da integridade física dos imigrantes relegados ao exterior da cidade, convertendo a fronteira em um verdadeiro campo de exceção e extermínio (Mbembe, 2018).

Esse espriamento necropolítico atinge seu ápice de sofisticação na SD 2, cuja descrição topográfica e pormenorizada da travessia opera por meio de um silêncio

constitutivo. Nela, a agonia dos corpos em risco de morte é apagada sob a linguagem técnica de um manual geográfico, como se nota a seguir:

SD 2: Aqueles que desejam entrar na cidade autônoma geralmente iniciam sua jornada a cerca de 500 metros da fronteira marroquina. Para isso, descem uma encosta rochosa a partir da estrada que leva à travessia da fronteira. Em seguida, nadam através da dupla cerca, atravessando um trecho de praia que ainda pertence ao lado marroquino, antes de cruzar o primeiro quebra-mar. Depois, seguem pela praia controlada pela Guarda Civil, dentro da porção espanhola da área delimitada, e finalmente contornam o quebra-mar que leva à praia de Tarajal (Illescas, 2026).

No enunciado, imigrantes que “descem uma encosta rochosa”, “nadam através da dupla cerca” e “contornam o quebra-mar” são descritos sem qualquer rastro de subjetividade. Nessa configuração, a Orlandi (2015) nos adverte que o que não é dito fundamenta estruturalmente o que se diz, pois ocorre ali o funcionamento pleno de um silêncio constitutivo. Nesse sentido, a exclusão deliberada de qualquer léxico referente ao sofrimento, ao afogamento ou à letalidade brutal da rota atua como um mecanismo de censura à violência imposta aos corpos, desumanizando o imigrante e reduzindo-o a uma mera intrusão mecânica ou estatística no território soberano espanhol.

Conforme argumenta Sayad (1998, p. 60), essa desumanização textual reflete e atualiza as contínuas lógicas de subordinação emanadas da relação de dominação histórico-colonial, visto que a própria imigração é “sobredeterminada, quando não totalmente constituída por essa relação de dominação”. A fronteira, e o discurso que a narra, atua como uma barreira entre continentes desigualmente desenvolvidos, cujos reflexos imperiais estruturam a percepção contemporânea do imigrante africano como um corpo descartável, sem história e desprovido de dor. Trata-se, como adverte o autor (Sayad, 1998, p. 71), da “colonização que a imigração prolonga e faz sobreviver”, determinando a discrepância nas relações de força que apaga e desumaniza os corpos em movimento.

Por outro lado, nas formulações do portal G1, a “máquina de exclusão e morte” torna-se ainda mais nítida, momento em que a articulação do interdiscurso e o desvelamento de contradições internas legitimam perceptivelmente as assimetrias contemporâneas. Nesse sentido, na SD 3, o sintagma nominal “grande invasão” atua não apenas como uma escolha vocabular, mas como o núcleo ideológico central da matéria como é possível analisar a seguir:

SD 3: Segundo as autoridades espanholas, mais de 48 das 50 mil pessoas que entraram na cidade desde quinta (30) já retornaram ao Marrocos. Também foi anunciado que o número de mortes durante a grande invasão subiu: agora são pelo menos 67 (Redação G1, 2026).

O sintagma “grande invasão” convoca uma pesada memória discursiva bélica que enquadra o fluxo migratório não como uma crise humanitária, mas como uma ameaça letal à nação europeia. O uso dessa expressão ratifica a força do eixo vertical interdiscursivo, comprovando, nas palavras de Pêcheux (2014, p. 149), a existência de um “todo complexo com dominante” que exerce um controle invisível sobre o que pode ser dito, recuperando memórias de conflito. Ademais, essa retórica reatualiza historicamente o ambiente de animosidade instaurado desde a Lei de Estrangeiros de 1985 na Espanha, a qual já gerava profundos atritos e desigualdades no trato com as populações não-europeias (Gold, 2000). Dessa forma, ao utilizar essa formação discursiva, o portal autoriza a aplicação irrestrita da necropolítica, transformando o sujeito imigrante em um corpo invasor, descartável e que deve ser abatido ou expulso para a sobrevivência do Estado. Além disso, o apagamento textual do número de mortos demonstra que tais perdas são tratadas como um mero subentendido contábil da eficácia do controle fronteiriço europeu e do custo colateral de se deter a “invasão” (Redação G1, 2026). Os corpos de imigrantes afogados no Mediterrâneo tornam-se, assim, um número em uma planilha de soberania.

Essa mesma dinâmica de eufemização da coerção estatal revela suas próprias fissuras quando se observa a seguinte sequência:

SD 4: Após flagrar um movimento voluntário de retorno de alguns imigrantes ao Marrocos nesta sexta-feira (31), a agência de notícias Reuters registrou alguns deles sendo escoltados até a fronteira pelo Exército espanhol neste sábado. Imagens também mostram soldados e policiais espanhóis patrulhando a praia de Tarajal, onde milhares de marroquinos chegaram a nado, e buscando os que ainda resistem a ir embora (Redação G1, 2026).

O excerto acima expõe de maneira clara a fratura inerente à formação discursiva midiática ao justapor ideias que se anulam. O texto introduz a premissa de um “movimento voluntário de retorno” apenas para, logo em seguida, revelar que os imigrantes estão “sendo escoltados até a fronteira pelo Exército” (Redação G1, 2026). Essa flagrante contradição intradiscursiva escancara as tensões de uma ideologia

dominante que se esforça para suavizar a ação do aparelho estatal (nomeando a deportação sumária como “retorno voluntário”), enquanto, inevitavelmente, deixa escapar a violência militar inerente à escolta armada e à caçada aos corpos que, como o próprio texto admite ao final, “ainda resistem a ir embora” (Redação G1, 2026).

Por fim, ao noticiar a busca ostensiva pelos que “ainda resistem a ir embora”, a mídia opera uma última torção de sentido: a criminalização da permanência. O ato de permanecer é classificado como resistência a uma ordem que, na visão soberana, deveria ser inquestionável. Esse sintagma corrobora o paradoxo da alteridade no qual o imigrante é o inclassificável que subverte a ilusão de provisoriedade exigida pela sociedade de recepção, a qual o repele violentamente. Assim, ao se recusar a desaparecer, o imigrante leva o Estado a exercer integralmente a sua necropolítica para expurgar a alteridade, buscando, por meio das armas, assegurar a ficção identitária da homogeneidade territorial e a “assepsia” do espaço europeu.

Considerações finais

Em síntese, o presente artigo demonstrou como o território de Ceuta se consolida como um complexo espaço de fronteira viva e contenção, materializando o extremo paradoxo geopolítico de estar situado geograficamente no continente africano, mas pertencer política e administrativamente à Europa. Ao resgatar o percurso histórico desse espaço desde a sua conquista liderada por Portugal em 1415 até a sua configuração contemporânea como cidade autônoma da Espanha, destaca-se que a atual urgência migratória na região não emana de um vazio social, mas reflete profundas disparidades socioeconômicas e relações de dominação estruturadas ao longo dos séculos.

Para desvelar a complexidade dessa teia discursiva e migratória, a articulação entre a Análise do Discurso (AD) de matriz francesa, a teoria da necropolítica de Achille Mbembe e a sociologia da imigração de Abdelmalek Sayad revelou-se um arcabouço teórico-metodológico imprescindível. Essa fundamentação permitiu compreender que a linguagem midiática e institucional não é um sistema transparente, mas sim uma materialidade opaca onde a ideologia se inscreve. Dessa forma, compreendeu-se como o dito, o não-dito e os silêncios operam estrategicamente para atualizar e manter lógicas de subordinação herdadas do imperialismo e do passado colonial. Como adverte Soares (2026, p. 156), “a verdade não é um dado externo ao discurso, algo que estaria “lá fora”

aguardando ser descoberto”, é, antes, uma construção discursiva que emerge em condições históricas específicas, o que impõe ao analista e ao leitor uma responsabilidade interpretativa que não pode ser negligenciada.

A partir da análise dos corpora discursivos retirados dos portais Instituto Humanitas Unisinos (IHU) e Redação G1, constatou-se que a mídia frequentemente reproduz e legitima a práxis necropolítica europeia. A investigação das Sequências Discursivas revelou refinados mecanismos de silenciamento que desumanizam os imigrantes e espriam a violência estatal, apagando os riscos letais da travessia sob uma linguagem técnica e geográfica. Ademais, a convocação de sintagmas bélicos como “grande invasão” e as flagrantes contradições textuais escancaram a criminalização da alteridade. O discurso analisado, portanto, autoriza a aplicação da necropolítica ao transformar o sujeito imigrante em um corpo descartável, cuja exclusão e extermínio são contabilizados como meros custos para a manutenção da soberania e da dita “segurança” europeia.

Diante das reflexões aqui apresentadas, abrem-se caminhos para possíveis pesquisas futuras que expandam a compreensão sobre as dinâmicas de fronteira e linguagem. Sugere-se a ampliação do corpus analítico para investigar a construção discursiva sobre outros territórios de enclave (como Melilla) ou o desenvolvimento de estudos comparativos que contrastem a cobertura jornalística de mídias hegemônicas europeias com a de veículos do continente africano, visando mapear o embate direto entre diferentes formações ideológicas. Outra via seria analisar as contra-narrativas e os discursos de resistência produzidos e veiculados pelos próprios imigrantes em plataformas digitais, deslocando o eixo de análise da ótica soberana estatal para a subjetividade do sujeito em deslocamento.

Referências

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. Identidades em territórios de fronteira: Os casos de Ceuta e Gibraltar na fronteira entre a África e a Europa. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 18, n. 2, p. 285–302, maio 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/29532>. Acesso em: 2 set. 2026.

BRAGA, Paulo Drumond. **Uma lança em África**: história da conquista de Ceuta. Lisboa: A esfera dos livros, 2015.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2022.

GOLD, Peter. **Europe or Africa?** A Contemporary Study of the Spanish North African Enclaves of Ceuta and Melilla. Liverpool University Press, 2000.

ILLESCAS, Andrés. Milhares de pessoas atravessam a fronteira para Ceuta no maior fluxo migratório desde a crise de 2021: “Queremos ajudar nossos pais, não há nada lá”. Instituto Humanitas Unisinos - IHU, São Leopoldo, 3 ago. 2026. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/669123-milhares-de-pessoas-atravessam-a-fronteira-para-ceuta-no-maior-fluxo-migratorio-desde-a-crise-de-2021-queremos-ajudar-nossos-pais-nao-ha-nada-la>. Acesso em: 24 ago. 2026.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Trad. Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 12 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

PAULA, Frederico Mendes. A Conquista de Ceuta. **Histórias de Portugal em Marrocos**, 22 fev. 2014. Disponível em: <https://historiasdeportugalemarrocos.com/2014/02/22/a-conquista-de-ceuta/>. Acesso em: 24 ago. 2026.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. p. 61-162.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad.: Eni Puccinelli Orlandi *et al.* 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

REDAÇÃO G1. Espanha escolta imigrantes para fora de Ceuta e instala barreira no mar para evitar chegadas a nado; VEJA. g1, 1 ago. 2026. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2026/08/01/espanha-escolta-imigrantes-para-fora-de-ceuta-e-instala-barreira-no-mar-para-evitar-chegadas-a-nado.ghtml>. Acesso em: 24 ago. 2026.

SAYAD, Abdelmalek, **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. Trad. Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SOARES, Thiago Barbosa. **Percurso linguístico**: conceitos, críticas e apontamentos. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

SOARES, Thiago Barbosa. O acontecimento da Análise do Discurso: 1969, o ano que não terminou. In: SOARES, Thiago Barbosa. **Arquiteturas do sentido: linguagem, história e simbolismo**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2025, p. 101-124.

SOARES, Thiago Barbosa. **Os limites da interpretação:** teorias do discurso, verdade e fake news. Campinas, SP: Pontes Editores, 2026.